

CITAR: DRUMOND, N. I. L. **O CONFLITO ENTRE MOVIMENTO DOS POBLADORES E ESTADO NO CHILE: quem gere, planeja e controla o território?**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.2, n.1, p. 111 – 133 Jan./Abr. 2015.

O CONFLITO ENTRE MOVIMENTO DOS POBLADORES E ESTADO NO CHILE: quem gere, planeja e controla o território?

CONFLICT BETWEEN POBLADORES'S MOVEMENT AND STATE IN CHILE: who manages, plans and controls the territory?

EL CONFLITO ENTRE MOVIMIENTO DE LOS POBLADORES Y ESTADO EN CHILE: ¿quién gestiona, planifica y controla el territorio?

Nathalie Illa Longhi Drumond ¹

RESUMO

Este estudo discute a formação da territorialidade dos movimentos sociais, a partir da experiência concreta do movimento dos *pobladores* chileno. Até o estabelecimento do regime militar no Chile, os *pobladores* desenvolveram um modelo de auto-governo em seus bairros. Com o Golpe de 1973, Estado e mercado passaram, então, a regular estes territórios. Com a análise deste exemplo histórico, buscou-se ampliar o conceito de território para a Geografia incluindo o movimento social como sujeito da produção do espaço. Ao mesmo tempo, evitou-se fazer uma análise que autonomize os movimentos de seus contextos, não levando em consideração os limites que os processos em escalas maiores impõem à luta dos movimentos sociais. Para construir esta revisão teórica do conceito de território, analisou-se as características territoriais de duas etapas do movimento dos *pobladores*, a experiência embrionária de auto-governo (1967-73) e o seu declínio diante do êxito do projeto neoliberal no Chile. Constatou-se que o movimento social pode ser o “arquiteto” de seu próprio bairro, por isso é preciso repensar o conceito de território, considerando o movimento social como sujeito ativo de sua construção.

Palavras-chave: Movimento dos *pobladores*. Transformações territoriais. Direito à cidade.

ABSTRACT

This study discusses the formation of territoriality of social movements, from the concrete experience in Chile of the *pobladores's* movement. Until the establishment of the military regime in this country, the *pobladores* developed a model of self-government in their districts. From the 1973 coup, state and housing market began to regulate these territories. With the analysis of this historical example, it was sought to extend the concept of territory for geography including social movement as subject of production of space. At the same time, it was avoided to make an analysis that separates the movements of their context, not taking into account the limits that the processes at larger scales impose on the struggle of social movements. To build this theoretical review of the territory's concept, was analyzed the territorial characteristics of two steps of the *pobladores's* movement, the embryonic

¹ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFF, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves. (nathalie.drumond@usp.br)



experience of self-government (1967-73) and its decline from the success of the neoliberal project in Chile. It was found that the social movement can be the "architect" of your own neighborhood, so it is necessary to rethink the concept of territory, considering the social movement as an active subject of its construction.

Keywords: Pobladores's movement. Territorial transformations. Right to the City.

RESUMEN

Este estudio analiza la formación de la territorialidad de los movimientos sociales, a partir de la experiencia del movimiento de los pobladores chilenos. Hasta el establecimiento del régimen militar en Chile, los pobladores desarrollaron un modelo de autogobierno en sus comunidades. Con el golpe de 1973, el estado y el mercado inmobiliario empezaron a regular estos territorios. Con el análisis de este ejemplo histórico, discutió la necesaria ampliación del concepto de territorio para la geografía incluyendo lo movimiento social como el agente de la producción del espacio. Al mismo tiempo, se evita hacer un análisis que separa los movimientos de sus contextos, teniendo en cuenta que los procesos a escalas más grandes limitan a la lucha de los movimientos sociales. Para construir esta revisión teórica del concepto de territorio, se analizó las características territoriales de dos etapas del movimiento de los pobladores, la experiencia embrionaria de autogobierno (1967-1973) y su declive frente el éxito del proyecto neoliberal en Chile. Se constató que el movimiento social puede ser el "arquitecto" de su propio barrio, por lo que es necesario repensar el concepto de territorio, teniendo en cuenta el movimiento social como sujeto activo de su construcción.

Palabras clave: Movimiento de los pobladores. Transformaciones territoriales. Derecho a la ciudad.

Recebido em 31 de outubro de 2014

Aceito em 05 de janeiro de 2014

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado, do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, e discutirá a partir da experiência do movimento dos *pobladores* chileno a compreensão sobre o processo de formação da territorialidade dos movimentos sociais. No Chile, durante os governos progressistas de Eduardo Frei (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973), as ocupações de terreno, organizadas pelo movimento dos *pobladores*, apresentaram-se como um dos principais mecanismos através do qual se constituiu a periferia da capital chilena, Santiago. Através de sua batalha por moradia, os *pobladores* construíram inúmeras *comunas* desta cidade e vivenciaram uma intensa experiência de controle e gestão de seus territórios. A partir do Golpe Militar de 1973, verificou-se uma forte repressão desencadeada contra o movimento dos *pobladores*, que culminou na prisão, desaparecimento e morte de milhares de pessoas que residiam nas *poblaciones*, provo-

cando o enfraquecimento do movimento a partir desta década. Além disso, a política habitacional iniciada sob o comando militar de Pinochet (cujos principais pontos foram mantidos pelos governos da transição democrática) modificou profundamente a relação que este movimento estabelecia com seu território. A moradia deixou de ser fruto da capacidade de viabilização do movimento e transformou-se numa política de Estado e mercado. Ainda assim, a política habitacional iniciada por Pinochet - e continuada pelos governos democráticos - zerou o déficit habitacional chileno, marca alcançada no início dos anos 2000. Porém, desde o fim da década de 1990, o Chile vivencia novos conflitos entre *pobladores* e representantes do Estado. A principal reivindicação dos *pobladores* atualmente é por “direito à cidade”. Eles organizam-se para que a *comuna* (seu bairro) volte a ser pensada e gerida segundo suas necessidades e prioridades.

Neste longo contexto, observou-se mudanças importantes na relação entre movimento social e o processo de formação de seu território. Num primeiro momento, os *pobladores* eram diretamente responsáveis pela gestão e planejamento de suas *poblaciones*. Sofriam com a escassez de recursos e com a precariedade das condições materiais, mas possuíam reconhecida autonomia sob suas zonas de moradia e convivência comunitária. Após o início do período militar, a intervenção repressiva e a reforma urbana implantada por este regime, sob a lógica neoliberal, afastou quase que definitivamente o *poblador* da organização e planejamento de sua *comuna*. Passadas mais de três décadas de desenvolvimento do neoliberalismo no Chile, e mais de duas décadas do processo de democratização, verifica-se a reorganização do movimento dos *pobladores*. Ao invés de uma volta ao passado, o movimento reivindica poder ser hoje o verdadeiro urbanista dos bairros onde vivem. Não mais lutam por acesso à moradia, mas sim por uma reforma urbana que lhes assegure acesso pleno à cidade. Após um longo período de “desperdício” em relação aos seus bairros, os desafios são enormes para a reorganização dos *pobladores*.

O interesse expresso na presente pesquisa por este movimento iniciou-se em 2011. Na ocasião, o Chile vivia uma grande ebulição social. Os estudantes paralisavam o país, com o apoio da ampla maioria da população, contra um sistema de ensino completamente privatizado e precário. As marchas em defesa de uma educação pública e gratuita eram compostas por jovens e familiares, e nelas se viam inúmeras organizações políticas. Um perfil de organização chamou bastante à atenção. Muitas faixas e bandeiras nestas manifestações eram assinadas por assembleias comunais, associações de vizinhos e por movimentos de *pobladores*. A característica territorial destes movimentos despertou interesse. Que fenômeno era aquele no qual o “território”

era o elemento que qualificava politicamente o movimento? A curiosidade inicial deu espaço ao interesse investigativo. O movimento dos *pobladores* é notoriamente o movimento social mais importante da história do Chile. Questiona-se, portanto, quais fenômenos são responsáveis para justificar a existência deste movimento. Desde então, buscou-se entender qual o sentido do território para o movimento dos *pobladores*; qual relação o movimento dos *pobladores* estabeleceu com seu território a partir do conflito com o Estado ao longo das últimas décadas; e que tipo de territorialidade surgiu deste conflito. Identificou-se que para entender o processo de territorialização dos *pobladores* é preciso discutir quem gere, controla e planeja este território. A partir da pergunta “quem gere, planeja e controla o território *poblador*?” o objetivo deste estudo é debater o conflito entre movimento social e Estado para, então, entender a trama de relações de poder que expressam e explicam determinadas transformações territoriais. Ou seja, a partir do longo conflito entre movimento dos *pobladores* e os distintos regimes políticos no Chile, analisa-se que tipo de territorialidade estes conflitos deram origem. A partir desta compreensão discutem-se as possibilidades do movimento social voltar a ser protagonista da constituição de seu próprio território. E, ainda, propõe-se uma nova visão sobre o conceito de “território” para a Geografia.

O movimento dos *pobladores* pode ser discutido sob diversos olhares, como já foi feito por muitos analistas, a exemplo de Garcés (2004) com um olhar mais histórico em “*Las tomas en la formación de Santiago*”; ou Mathivet e Pulgar (2009) com o livro sobre um dos movimentos de *pobladores*, “*El movimiento de Pobladores em Lucha*”; e ainda Morales e Ávila (2006), que analisam os principais processos estruturais da sociedade chilena do século passado que podem explicar uma das primeiras ocupações de terreno, assunto discutido em “*A 39 años de la Toma de terrenos: memorias de La Victoria: una aproximación a la historia de la Población*”. Estes autores salientam o aspecto histórico deste movimento, as condicionantes econômicas e políticas presentes no contexto que deu origem ao movimento, ou desenvolvem um estudo de caso sobre uma ocupação, um bairro ou um dos movimentos. No caso deste estudo, adotou-se outro caminho por acreditar que há aspectos da vida do movimento dos *pobladores* que estão sob zona de penumbra, pouco iluminados, nas análises destacadas anteriormente. Procurou-se também outro caminho para se discutir o movimento dos *pobladores* porque algumas vezes a opção metodológica destes estudos induziu a um certo determinismo dos processos históricos globais sobre a ação dos movimentos sociais. E conseqüentemente uma crença impiedosa na impossibilidade da luta destes movimentos transformarem sua realidade. Em alguns estudos a opção

metodológica se transformou em camisa de força, dando super-poderes ao papel do sistema-mundo ou ainda ao Estado-nação na conformação dos territórios. Esta opção teve consequências sérias, como a consolidação de uma epistemo-metodologia completamente descrente na possibilidade de que a luta de determinados sujeitos acarretem em transformações profundas em nossa sociedade. Há também análises que incorrem no exagero oposto, como é o caso dos estudos desenvolvidos por Gabriel Salazar, a exemplo de *“Movimientos Sociales en Chile: trayectoria histórica y proyección política”* (2012). Ao desconsiderar-se o papel das estruturas e das determinações, cria-se uma compreensão falsa de que as transformações territoriais dependem tão somente da vontade e da ação dos movimentos sociais. Este tipo de análise acaba retirando os *pobladores* de seu contexto histórico, político e econômico, e considera responsável por avanços e retrocessos somente o projeto político do movimento - se este era mais ou menos autônomo, mais ou menos relacionado ao Estado, entre outras características.

Neste estudo, parte-se do pressuposto que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua própria escolha e sim sob aquelas que defrontam diferentemente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1974: 335). Os sujeitos sociais estão contidos em determinado desenvolvimento histórico. O desenvolvimento do capitalismo no Chile e as estratégias adotadas pelo Estado em nome deste desenvolvimento têm papel fundamental na composição de sua(s) territorialidade(s). Dessa forma, a produção e a reprodução capitalista do espaço delimitam as circunstâncias diante das quais se desenvolveu a luta dos *pobladores* por sua própria territorialidade nas cidades. Porém, ao afirmar que estas circunstâncias delimitam, não quer dizer que elas determinam exclusivamente a formação da territorialidade *pobladora*. É muito importante para decifrar esta territorialidade entender o movimento social enquanto sujeito. Sendo assim, a escolha deste estudo - diferentemente das análises já desenvolvidas até aqui - é colocar em diálogo as teorias do sistema-mundo com aquelas que colocam em seu centro o movimento social enquanto sujeito, para, então, a partir da análise do território construir uma síntese entre estes distintos vieses teóricos.

Para isso, num primeiro momento, estudou-se as transformações territoriais vividas pelo movimento dos *pobladores* para reconhecer as principais características de cada etapa de desenvolvimento deste movimento. Em seguida, o objetivo foi analisar estas transformações mediante a contribuição teórica de alguns autores que direta ou indiretamente debatem a formação do território a partir da ação dos movimentos sociais em conflito com o Estado. Para melhor expressar os resultados deste estudo, optou-se por dividir este artigo em duas etapas. A

primeira consistirá em uma detalhada apresentação das transformações vividas pelo movimento dos *pobladores* ao longo de mais de um século, as quais são reflexos e estão refletidos em seu território. Este primeiro momento está dividido em quatro períodos: a origem do movimento dos *pobladores* quando ainda eram conhecidos como população *callampa*²; o seu estabelecimento enquanto movimento social organizado e a sua denominação enquanto *poblador*; a curta experiência de auto-governo e poder popular, que iniciou anos antes do governo de Allende e findou com o Golpe militar de 1973; e, por fim, as transformações vividas sob o neoliberalismo que perduram até hoje. Nestes quatro períodos, são debatidas as principais transformações sofridas na relação entre movimento social e território, a partir do conflito deste movimento com o Estado para assegurar seu direito à moradia, vida digna e à cidade em sua plenitude.

Após esta primeira etapa de caracterização, num segundo momento, são analisados alguns autores que iluminam o debate teórico, como Carlos Walter Porto-Gonçalves, Marcelo Lopes de Souza, Raúl Zibechi, David Harvey e Henri Lefebvre, entre outros. Para, enfim, construir um caminho nesta pesquisa que tente articular, as análises sobre a atual etapa do desenvolvimento capitalista no Chile, o papel do Estado como agente deste projeto, com as discussões que tentam evidenciar a ação dos movimentos sociais como sujeitos na conformação de suas territorialidades. Com isso, pretende-se contribuir também para o debate a cerca da categoria território na Geografia, permitindo que ela expresse uma teia de relações de poder onde não estejam super valorizadas as estruturas, em detrimento da ação dos movimentos sociais, por exemplo. Ou ainda, que ela não expresse somente uma visão autonomizada dos sujeitos como se estes fossem isoladamente os responsáveis pela conformação de sua territorialidade.

POPULAÇÃO CALLAMPA: a origem do movimento dos *pobladores*

No início do século XX, junto ao crescimento das principais cidades chilenas, surge uma enorme demanda por moradia, oriunda da migração de trabalhadores do campo que vinham para as cidades em busca de trabalho. A maior parte destes migrantes era de origem mestiça (descendentes de espanhóis e indígenas) e trabalhavam nas zonas rurais em empregos temporários (SALAZAR, 2012). Antes de chegar na cidade, sobreviviam de serviços na peona-

² Fungos, cogumelos, que nascem e se desenvolvem da noite para o dia. No início do século XX, terrenos eram ocupados aos montes de uma noite para outra e, por isso, a população que vivia nestas novas ocupações passou a ser chamada de *callampa*.

gem, de trabalhos na lavoura quando havia safra, da venda de seus artesanatos. Além disso, era comum a prática do mutualismo, a troca entre famílias de pequenos serviços, mercadorias e favores. Estes novos contingentes populacionais passam, então, a se instalar em condições precárias nos centros urbanos, como em cortiços, ou acabam ocupando os terrenos vazios localizados nas periferias das cidades, principalmente em Santiago e região metropolitana. Essas ocupações precárias - na maioria das vezes organizadas por apenas um núcleo familiar, de forma espontânea - cresciam dia após dia. Multiplicavam-se rapidamente e, por isso, passaram a ser conhecidas como *callampas* (metáfora que compara essas ocupações com fungos que crescem e se espalham velozmente). Gabriel Salazar, historiador chileno que se dedicou a estudar os movimentos sociais deste país, ilustra bem esta situação:

Os *callamperos* (famílias de trabalhadores sem casa) praticaram, sem chamar à atenção, a ocupação de terrenos desde meados de 1930, que resolvia - a contragosto da lei - seu problema de moradia. E estavam fazendo isso em tamanha magnitude que, até 1950, a capital se considerou invadida por dezenas de “populações *callampas*”. Isto comprovava, mais que nada, a alta popularidade deste tipo de “política popular”. Os “sem casa” (*pobladores*), inclusive, aperfeiçoaram as ocupações até chegar a realizá-las conforme um profundo planejamento - caso da ocupação de *La Victoria* (1957) - desde a formação do comitê dos “sem casa” até a organização do sítio tomado sob o controle e governo dos *pobladores*.³ (SALAZAR, 2012: 93)

Em 1952, o primeiro Censo Nacional de Habitação revelou que 30% dos chilenos necessitavam de um lar minimamente digno (GARCÉS, 2004). Sendo assim, as ocupações foram uma reação à dramática situação sob a qual vivam imensos contingentes populacionais. Elas foram se avolumando e passaram a chamar à atenção de importantes organizações políticas como a juventude democrata-cristã e os partidos de esquerda, dentre eles o Partido Comunista Chileno e o Partido Socialista. Esse é um aspecto significativo para a posterior consolidação do movimento de *pobladores* como ator social. Com a aproximação entre *callampeiros* e partidos políticos, as *tomas*⁴ aumentam em número e proporção. Em 1947, ocorreu a primeira ocupação que se deu de forma organizada e planejada, originando a *Vila La Legua La Nueva*. Esta ocupação marca o surgimento do movimento de *pobladores*, e sua definitiva identificação enquanto tal. Destaca-se que a expressão *pobladores* foi introduzida no vocabulário dos chilenos pelo Partido

³ Gabriel Salazar (2012). “Movimientos Sociales en Chile: trayectoria histórica y proyección política. Santiago: UQBAR Editores. (Tradução nossa).

⁴*Tomas*: ocupações de terreno.

Comunista (SABATINI and WORMALD, 2009: 4), no momento em que as ocupações passaram a ser coletiva e politicamente planejadas, inclusive com a participação de partidos e organizações de esquerda.

AS PRIMEIRAS OCUPAÇÕES

O processo de ocupação de terreno é a primeira etapa da territorialização do movimento social. É neste momento onde *pobladores* transformam o espaço físico em um território, o qual ganha seus primeiros contornos social, cultural e político. Para os autores Morales e Ávila (2006), é o início da “lugarização”, onde uma porção do espaço deixa de ser qualquer terreno para se transformar no lugar privilegiado da ação de determinados sujeitos sociais. Tampouco este terreno é somente o palco destas ações, pois interage dialeticamente com a população que ali se instala. Das dificuldades para construção das primeiras casas, do grau de isolamento e segurança frente às possibilidades de repressão policial, dentre tantas outras características, derivam reações. E sendo assim, *poblador* e território vão se moldando mutuamente.

Por isso, diante do exemplo do movimento dos *pobladores* chilenos, os autores Morales e Ávila definem que o processo de ocupação do terreno “representa uma forma radical de ‘lugarização’ do espaço” (2006: 4). É neste momento que se inicia o processo de territorialização, onde uma porção do espaço que detinha até então valor físico, porém alheio a um sentido social, passa a deter “uma valorização social específica” (*ibid*). Neste momento, a população que ocupa o terreno torna-se *pobladora*, a partir daí as práticas que dão forma a seu território também preenchem de sentido o ser *poblador*. Nas palavras de Morales e Ávila:

“O caráter da ocupação [...] é apropriado tanto material como simbolicamente, passando a se constituir como algo mais que apenas o ‘pano de fundo’ no qual o *poblador* desenvolve sua vida cotidiana, formando parte essencial da construção identitária dos indivíduos que o habitam e o utilizam. Neste sentido, a apropriação que o *poblador* faz do espaço implica que o terreno deixa de ser uma mera mercadoria e adquire uma conotação e significado particular que lhe dota de autenticidade. Neste mesmo sentido, a auto-construção como característica e padrão dominante do surgimento destas comunidades, fortalece a noção de apropriação, assim como a interação de intimidade entre *poblador* e o espaço. Cada casa auto-construída adquire uma valorização simbólica distintiva, enquanto se transforma em testemunho significativo da experiência de quem a construiu, ao mesmo tempo permite a emergência

de uma semântica do 'próprio' e constitui o espaço como uma chave interpretativa fundamental da busca por "nós mesmos". (MORALES and ÁVILA, 2006: 4).⁵

As ocupações de terreno foram fundamentais tanto para a expansão dos limites da cidade de Santiago quanto para a constituição de sua própria fisionomia. A organização, planejamento e manutenção destas ocupações foram decisivas para a constituição de uma cultura participativa de alta intensidade, que se realizou - ainda que com diferenças - a partir de cada localidade. Este nível de envolvimento político, social, cultural e organizativo deu especificidade ao movimento dos *pobladores*, distinguindo-o dos demais movimentos devido às suas práticas comunitárias. Além disso, e devido a isso, o movimento dos *pobladores* cumpriu um papel político decisivo no governo socialista de Allende, na resistência à ditadura de Pinochet e na luta pela democratização, afirmando-se como o principal movimento social chileno do século XX. Por isso, a história destas ocupações é uma parte essencial para explicar o que são hoje as vilas e bairros de Santiago (GARCÉS, 2004). Cada tarefa que se empreendeu para dar forma à nova comunidade ficou registrada na memória social destas localidades. E isto foi fundamental para a formação de uma trama de relações de poder muito específica deste território, cujo protagonismo dos *pobladores* marcou a constituição destas territorialidades. Não fosse assim, passados tantos anos de neoliberalismo, de incentivo ao individualismo e a não participação política, depois de tantas perdas humanas fruto da repressão da ditadura militar, como se explicaria o ressurgimento destas práticas comunitárias em plena revolta social que marcou o Chile em 2011? Certamente, esta experiência de gestão comunitária vivenciada intensamente durante algumas décadas do século estão registradas na memória e no território *poblador*. No item a seguir, serão analisados os anos mais intensos da luta do movimento *poblador* no Chile, que levou a conformação de umas das mais importantes experiências de auto-governo na América Latina, durante os anos de 1967 e 1973.

A EXPERIÊNCIA EMBRIONÁRIA DE AUTO - GOVERNO (1967-73)

Após as primeiras ocupações, durante o governo democrata-cristão de Eduardo Frei Montalva (1964-70) as ações do movimento dos *pobladores* se somaram às grandes mobilizações operárias, camponesas e estudantis que ocorriam no Chile naquele período. O desajuste entre a capacidade de construir moradias por parte do Estado (por problemas de gestão, desen-

⁵ Tradução nossa

ho das políticas de habitação e também de recursos) e a pressão contínua dos *pobladores* organizados foram tornando a situação mais conflituosa, o que provocou um processo desenfreado de novas ocupações. Segundo Mário Garcés (*ibid*), os anos entre 1967 e 1973 foram os mais ativos do movimento dos *pobladores* - e, para o autor, de todos os movimentos sociais da história chilena. A cidade de Santiago foi praticamente refundada através das ocupações, seu desenho modificou-se profundamente neste período. Em 1972, havia 83.000 famílias vivendo em ocupações, que reuniam cerca de 456.000 pessoas (SALAS, 1999: 8).

Com esta dimensão e tamanha capacidade organizativa, durante o governo de Allende (1970-73), o movimento de *pobladores* consolidou-se como um dos principais agentes políticos deste período, com uma forte e permanente mobilização acerca do direito à moradia digna; com destaque para amplos setores do operariado residentes nas *poblaciones* que lhes colocava em conexão com as organizações sindicais e com as lutas dos trabalhadores chilenos; e com presença de partidos políticos entusiastas da Unidad Popular⁶ na organização do movimento. Sabe-se que o período allendista foi importante para o avanço de conquistas democráticas. Diante da intensa atividade do movimento dos *pobladores* e da iniciativa do governo de Allende de construir rapidamente novas moradias (o que logo se mostrou insuficiente, registra-se) o Chile viveu uma verdadeira revolução urbana. De acordo com Garcés,

El movimiento de pobladores, como indicó Ignacio Santa María (Revista Eure, abril de 1973) se había constituido en "la fuerza social más influyente dentro de la comunidad urbana de Santiago" y en interacción con el Estado, estaba siendo protagonista de una verdadera revolución urbana que transformaría Santiago, y daría origen a las actuales poblaciones y barrios populares de la capital". (2004: 27)

O movimento *dos pobladores* passou a organizar milhões de pessoas na cidade de Santiago durante a década de 1970. Grandes porções de terreno estavam sob o controle deste movimento. Foram nestas localidades que surgiram práticas comunitárias capazes de controlar quase todas as atividades que se realizavam nestes territórios. Desde a distribuição de recursos de primeira necessidade; o regime de trabalho nas frentes de segurança, construção, manutenção; a elaboração do calendário cultural e político da comunidade. Os cordões comunais e as assembleias de vizinhos decidiam boa parte da vida em comunidade e este modelo de organiza-

⁶ Coalização partidária formada para as eleições presidenciais chilenas de 1970 que logrou eleger Salvador Allende. A *UP* era composta pelo Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, Partido Social Democrata e pelo Movimento Ação Popular Unitária.

ção da vida cotidiana passou a se espalhar para outras esferas. Os trabalhadores das fábricas, por exemplo, organizaram-se em cordões fabris, onde passaram a reivindicar o controle sobre a produção. O movimento dos *pobladores* apostou numa relação de apoio e exigência perante o governo de Allende, com isto pode desenvolver o controle político sobre seus territórios, mas mantendo uma relação de dependência material perante o Estado. Em contrapartida, o governo de Allende reconheceu a autonomia do movimento sobre seus territórios e concedeu parcialmente suas reivindicações por moradia e condições dignas. As marcas deste período encontram-se nos nomes dos bairros, praças e ruas, nos contornos destes territórios e em práticas espaciais (como as assembleias de vizinhos) que persistem e revigoram nos dias de hoje. Este processo de conquistas democráticas, interrompido pelo Golpe Militar, é considerado como uma das experiências mais avançadas de poder popular paralelo à estrutura do Estado que se tem registro na América Latina. Forjado ao longo de décadas de ocupações, lutas reivindicatórias e de resistência, o(s) movimento(s) dos *pobladores* chilenos controlou, geriu e planejou seu próprio território durante o curto período de 1967 e 1973.

O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO CHILE: a “desterritorialização” dos *pobladores*

Com o golpe militar de 1973, as comunidades mais organizadas politicamente foram ostensivamente reprimidas pelas forças militares. Muitos *pobladores* foram presos, torturados, mortos ou desaparecidos. A repressão no espaço urbano se dirigiu para duas localidades que eram símbolos da resistência popular: a fábrica e a *población*. Diante da escalada repressiva, as ocupações reduziram significativamente, mas não desapareceram totalmente. A repressão colocou o vigoroso movimento dos *pobladores* na defensiva.

Além disso, a década de 1980 simbolizou um ponto de inflexão para o processo de urbanização chileno, especialmente em Santiago. Para responder à crise econômica do fim de 1970, o governo militar colocou em prática uma drástica política de liberação econômica, baseada na fórmula dos Chicago Boys⁷ “*menos Estado y más mercado*”, com ampla abertura externa e desregulamentação de setores estratégicos da economia. Ao mesmo tempo, uma abrangente reforma urbana pressupunha, especialmente, a privatização e liberalização do mercado de terras e imobiliário. Paralelamente a isso, o Ministério da Habitação elaborou o mecanismo que até

⁷ Como ficaram conhecidos os economistas chilenos responsáveis pela política econômica do período militar sob a presidência de Pinochet. Estudantes de economia na Universidade de Chicago, estes economistas foram os precursores da política neoliberal o que tornou o Chile o primeiro país da América Latina a colocar tais ideias em prática, quase uma década antes que os demais.

hoje sustenta a política de habitações populares no Chile: o subsídio habitacional. Esta política consistiu numa série de incentivos fiscais para que as empresas do setor imobiliário se comprometessem com a construção de moradias populares. As moradias construídas nos anos 1980, em média, correspondiam a grandes conjuntos apartamentos com cerca de 25m² (Boletim CEPAL, n.63: 37), em terrenos de alta concentração populacional.

Sob os governos democráticos da *Concertación*⁸, a política habitacional praticamente se manteve a mesma. Ao final de um período de quase trinta anos, pode-se dizer que a política gestada desde a ditadura praticamente zerou o déficit habitacional. Em Santiago, cerca de 20% da população reside nos conjuntos construídos através do incentivo do governo⁹. Porém, a morfologia urbana desta cidade revela uma metrópole altamente segregada e polarizada, com uma estrutura territorial desigual. O baixo preço das terras nas regiões periféricas acarretou na concentração das moradias populares nos limites da cidade de Santiago, mas o mesmo não ocorreu com os serviços públicos, com a disponibilidade de emprego ou com as principais infraestruturas urbanas. Além disso, o preço baixo destes terrenos atraiu novas inversões imobiliárias voltadas para construção de condomínios de alto padrão. Em pouco tempo, os novos investimentos acarretaram na elevação do preço do solo e, conseqüentemente, fez surgir novas formas de segregação socioespacial dentro das próprias *poblaciones*. (RODRIGUEZ, 2008; SABATINI, 2009 *apud* HOFER *et al.*, 2011).

Nos anos 1960, os *pobladores* foram responsáveis pelo redesenho da cidade de Santiago. E através de sua luta se constituíram como “cidadãos-*pobladores*”. Contudo, em tempos de neoliberalismo muita coisa mudou para os *pobladores* e a utopia da “democracia territorial” (GARCÉS, 2004) parece estar mais distante do que nas décadas passadas. A política habitacional gestada a partir da ditadura militar fomentou um *poblador*, em geral, pouco identificado com seu território. A erradicação dos acampamentos produziu, no final das contas, um morador que hoje não possui mais a relação com o território que seus antepassados tinham de profunda identidade e pertencimento. Ainda que haja resistência por parte do movimento de *pobladores* que tenta se reorganizar, a exemplo do *Movimiento dos Pobladores en Lucha de Peñalolén*, a maioria

⁸ Coalisão eleitoral que conduziu a transição democrática pós-ditadura

⁹ PUIG, M. *La vivienda social en Chile*. [Consultado em 19 de setembro de 2012 – 13:15]. Disponível em <http://archimlynarz.wordpress.com/la-vivienda-social-en-chile/>

dos *pobladores* seguem sendo cidadãos de segunda categoria, cuja opinião influi pouco ou quase nada nos projetos para sua comuna. Como afirma Garcés:

São outros tempos que vivemos, se observamos o protagonismo dos *pobladores* e a prática das ocupações dos anos de 1960. Sem dúvida, assim como ontem as ocupações representaram uma crítica de fato às políticas de moradia estatais, a ocupação de Peñalolén em 2000 cumpriu um papel semelhante. A diferença, talvez, é que nos anos 1960 os *pobladores* lograram se constituir como interlocutores diante do Estado, e hoje em dia, depois de 17 anos de ditadura e 14 de democracia funcional ao mercado, os *pobladores* estão mais débeis como atores sociais. O problema é, sem dúvida, sem este protagonismo, o Estado aliado ao mercado está muito mais inclinado aos negócios imobiliários do que à criação de espaços urbanos democráticos e cidadãos, como no passado os *pobladores* conseguiram fazer e de maneira muito exitosa. (GARCÉS, 2004: 31).

Sendo assim, após mais de três décadas de neoliberalismo quem regula hoje o território nas *poblaciones* é o mercado imobiliário em aliança com o Estado. A política habitacional das últimas décadas permitiu à maioria dos *pobladores* conquistar uma moradia, mas não lhe assegurou os demais direitos, como educação, saúde, emprego, muito menos participação na vida política de suas comunidades. Se no passado o espaço urbano modificou-se profundamente a partir da aliança entre Estado e movimento social, hoje o movimento social foi substituído pelo mercado imobiliário e política de Estado está mais preocupada em fortalecer este laço do que permitir ao movimento dos *pobladores* voltar a protagonizar o processo de conformação dos territórios na capital chilena.

6. MOVIMENTO DOS POBLADORES SOB O DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Diante do que fora apresentado neste estudo, é possível apontar dois momentos de intensas transformações urbanas no Chile, especialmente na capital, Santiago. O primeiro inclui as transformações oriundas da aliança entre Estado e movimento social, o ponto máximo de realização destas mudanças ocorreu no período denominado de “experiência embrionária de auto-governo” (1967-1973). Esta etapa, segundo Morales e Ávila (2006), “representa uma forma radical de ‘lugarização’ do espaço”, na qual o movimento dos *pobladores* constitui uma nova territorialidade a partir da gestão de certa forma autônoma de seus territórios. O segundo momento de grandes transformações no espaço urbano santiaguino inicia-se com a ditadura militar,

tendo dois vieses, o da repressão e de uma política habitacional que substituiu os acampamentos e as ocupações de terrenos por conjuntos habitacionais planejados pela ação do Estado e financiados através do sistema de crédito. Esta nova morfologia das *poblaciones* transformou completamente o movimento dos *pobladores*, provocando uma espécie de “desterritorialização” deste movimento à medida que os interesses de mercado passaram a influir mais que o movimento na dinâmica territorial das comunas.

A gestão urbana que se desenvolveu no Chile desde a década de 1980, sob a ditadura militar, respondeu às necessidades de uma economia de mercado com índices bem elevados de desregulação e privatização. A política habitacional chilena logrou a drástica diminuição do déficit habitacional, porém as prioridades do Estado estiveram sempre atreladas à necessidade de maximização dos lucros através dos processos de produção e reprodução dos fenômenos urbanos. Segundo a teoria da “ordenação espacial” proposta por David Harvey (2004), a expansão geográfica e a exploração do território permite ao capitalismo minimizar sua tendência endêmica a gerar crises de sobreacumulação. Para o autor, há com frequência processos de expansão, reordenação e reconstrução do espaço geográfico que proporcionam maneiras de absorção do capital excedente. No Chile, como no mundo, as estratégias empresariais consideraram o solo metropolitano como um meio privilegiado para valorização de seus capitais. O processo de acumulação capitalista pode ocorrer, ainda segundo David Harvey (ibid.), mediante dois mecanismos primordiais, seja pela via da reprodução ampliada, seja por meio de mecanismos de acumulação por espoliação/desposseção. A acumulação por espoliação ou desposseção – nome dado por Harvey aos tipos de acumulação predatórias do capitalismo contemporâneo – revela uma ampla gama de processos, como a privatização; a conversão de várias formas de direito de propriedade comum em propriedade privada; a supressão do direito das comunidades tradicionais; o imperialismo como forma de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); ou mesmo a dívida nacional e o sistema de crédito são meios de acumulação deste tipo. A política habitacional chilena posta em prática por Pinochet combinou ambas as formas de acumulação capitalista. E o processo que tornou o território das *poblaciones* objeto da apropriação privada e de especulação do mercado imobiliário não deixa de ser uma espoliação daqueles que viviam nesta localidade. O longo processo de construção coletiva deste território, desde então, passou a ser revertido em nome da acumulação capitalista.

A partir do Golpe Militar de 1973 o Estado chileno transferiu para o mercado imobiliário as prerrogativas sobre quem define as condições de moradia, o valor do solo, a localização das

casas. Na prática, a gestão do território deixou de ter a participação direta dos *pobladores* para ser regida pelas leis da especulação imobiliária. Zizek (2012) discute em um de seus artigos formas de apropriação privada de bens comuns. Segundo o autor, Michael Hardt e Antonio Negri (ibid.: 4) definem como “*commons*” as substâncias compartilhadas pelo ser social, cuja privatização é um ato violento de negação de seu caráter comum. Sendo assim, uma hipótese é que o território *poblador* se constituiu como um *common* ao longo de décadas de luta do movimento. O território durante os período da experiência de “auto-governo” era gerido e compartilhado por todos, porém a ditadura militar chilena deu início ao processo de despossessão, de privatização desse bem. Uma possibilidade é que este processo de financeirização e consequente privatização das comunas tenha acarretado num processo de desterritorialização dos *pobladores*, para em seguida realizar-se uma territorialização de novo tipo, marcada pelo estranhamento entre o novo perfil de *poblador* e seu território.

Especificamente sobre as estratégias de poder e controle sobre o território *poblador* desenvolvidas pelo Estado, é possível apontar também mudanças importantes ao longo das décadas. No período de 1967 a 1973, o Estado atuou sobre as *poblaciones*, sobretudo no provimento de recursos. Porém o interlocutor legítimo e direto entre Estado e estes territórios era o próprio movimento *poblador*. Referente a esta relação, há todo um debate rico e imprescindível para se fazer - inclusive de forma crítica - sobre o modelo da “via legal ao socialismo” ou “via chilena ao socialismo” que ganhou força no período de Allende. Ele é necessário porque serve para diferenciar o papel do Estado nas primeiras décadas da luta *pobladora*, permitindo-nos apontar limites e potencialidades deste tipo de intervenção estatal. Mas o espaço deste artigo seria insuficiente para se adentrar nesta discussão. A partir de 1973, o Estado chileno foi fiel à implementação dos preceitos neoliberais, porém sob um regime ditatorial e altamente repressivo. Neste período, a política estatal para as *poblaciones* unia uma intensa repressão, com uma política habitacional que conseguiu esvaziar a ação coletiva do movimento dos *pobladores*. A transição democrática manteve a fórmula neoliberal para a economia, e permitiu uma maior liberalização política. Lefebvre (1994, 2008) tem uma contribuição importante para a discussão sobre as estratégias políticas do Estado e a ação política dos movimentos sociais. O autor (2008) propõe como chave interpretativa a existência de três níveis onde se configuram a ação política: o nível global, das grandes corporações, dos organismos multinacionais e dos Estados-nação; um nível misto, da mediação entre o nível global e o nível privado, o qual para Lefebvre contém primordialmente o espaço das cidades; e um nível privado, esfera primordial do habitar. Segundo esta

ideia, neste estudo pretenda-se percorrer o caminho do nível misto. Por um lado, levando-se em consideração a ação, os objetivos e o alcance da luta dos movimentos sociais. E por outro, as distintas estratégias de poder colocadas em prática pelo Estado. Este conflito, que tem como escala a cidade de Santiago, reúne dois atores. Um diretamente influenciado pela dinâmica global do capitalismo, o Estado chileno. E outro mais diretamente marcado pelas necessidades da vida cotidiana, reunidas no nível P (privado), o movimento dos *pobladores*.

Para qualificação destes atores, Engels¹⁰, define o Estado da seguinte forma:

“[...] não é de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. [...] É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de [...] classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, [...] sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado.

Sendo assim, o Estado não é uma força neutra, exterior à sociedade. Ele é fruto dos conflitos postos no desenvolvimento do capitalismo, uma necessidade para ordenar a luta entre forças antagônicas, as classes sociais. O Estado configura-se como necessidade do capitalismo e se desenvolve segundo suas contradições. E do conflito entre as forças antagônicas da sociedade, aqueles que detêm maior poder definem as regras de funcionamento do Estado. Esta definição ajuda a compreender as distintas estratégias do Estado em relação ao território *poblador*.

Em contrapartida às estratégias do Estado de gestão e controle do território, defendeu-se neste artigo que o movimento social também é capaz de planejar, gerir e até controlar o seu território. Revelou-se que na Geografia, o conceito de território é comumente confundido com a ideia de Estado-nação. Portanto, de modo geral, quando se trata de território em Geografia está se falando do nível global, e não caberia neste conceito as ações dos movimentos sociais como produtoras de território. Porém, neste estudo o objetivo é identificar o processo de territorialização e a conformação de territorialidade a partir da ação do movimento dos *pobladores*, em

¹⁰ ENGELS, F. (1877) **Anti-Duhring**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1878/06/dialetica.htm>

conflito com o Estado. Para isso é necessário repensar a própria ideia de território, territorialização e territorialidade. Marcelo Lopes de Souza (2013) busca ressignificar estes conceitos. Como primeiro ponto, Souza argumenta que o território “é, fundamentalmente, um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 1995 *apud* SOUZA, 2013: 78). Esta definição salienta que o território expressa, antes de mais nada, as relações de poder de uma dada localidade. Não que sejam desprezíveis os aspectos culturais, identitários, econômicos deste determinado espaço. Mas, para o autor, quando território é chamado a figurar o centro do debate significa que terão menor enfoque as demais dimensões do real, para se iluminar prioritariamente a dimensão política.

Uma segunda definição importante neste debate acerca do conceito de território é sobre o que é “política”. Muitas vezes, como descrito por Marcelo Lopes de Souza (2013), a ideia de política é confundida com a política oficial dos governos, com a prática dos agentes do Estado-nação. Souza (*ibid*) salienta que a política é o exercício do poder. Sendo assim, é necessário dissociar a ideia de política e de poder das noções de violência, imposição, força e do próprio aparelho do Estado. Destaca-se aqui duas passagens de Arendt trazidas à tona por Marcelo L. de Souza:

“O poder é sempre, como diríamos, hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre homens quando eles agem juntos [...]” (ARENDR, 1983 *apud* SOUZA, 2013: 80)

Em outro trecho ela afirma que “‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido”. (ARENDR, 1985 *apud* SOUZA, 2013: 80). Com esta definição, pode-se afirmar que o poder não emana de um ente físico ou material. Mas ele é fruto de relações. Com isso, o poder não se confunde com estruturas. Na verdade, elas expressam um conjunto de relações que configuram a condição do exercício do poder numa dada circunstância histórica. O poder, portanto, pode ser exercido de múltiplas formas. Ele pode ser, inclusive, autônomo (radicalmente democrático) e não heterônomo (quando há uma assimetria entre aqueles que através do poder exercem a dominação sobre outros). Afirma-se assim que o poder pode ser exercido pelos movimentos sociais também. Esta abertura de uma nova concepção sobre a noção de território, coloca como

possibilidade - não necessariamente como um imperativo, como o próprio Marcelo Lopes de Souza muitas vezes afirma - que os movimentos sociais, enquanto sujeitos históricos, figuram entre os agentes fundamentais para a conformação de uma dada territorialidade. Sendo assim, o que está sendo proposto para esta pesquisa é que a porta de entrada para o debate sobre “território, territorialidade e territorialização” seja o conflito entre movimento social e Estado (PORTO-GONÇALVES, 2003), não uma dimensão em detrimento da outra. Por isso, a discussão sobre “níveis” proposta muito brevemente por Lefebvre em “Revolução Urbana” (2008) orienta metodologicamente este debate. Com esta definição, delimita-se aqui que o território, objeto de nosso estudo, é resultante do conflito entre Estado e movimento social ao longo de décadas.

Portanto, não podemos entender o território *poblador* apenas sob a ótica da gestão do Estado e do desenvolvimento global do capitalismo. É preciso cruzar a ação de planejamento do Estado ao longo de muitas décadas, com as práticas territoriais do movimento dos *pobladores*. Este processo de territorialização, vivido mais intensamente entre os anos de 1967 e 1973, derivaram numa identidade *pobladora* marcada profundamente pelas práticas territoriais deste período. O *poblador* gestor de seu próprio território é um dos principais símbolos da luta dos movimentos sociais chilenos ainda hoje. Um projeto utópico, que seguiu vivo porque nunca deixou de ser uma realidade possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha metodológica deste estudo foi, num primeiro momento, identificar as transformações territoriais vividas pelo movimento dos *pobladores* para, dessa forma, reconhecer as principais características de cada etapa de desenvolvimento deste movimento. Num segundo momento, o objetivo foi analisar estas transformações mediante a contribuição teórica de alguns autores que direta ou indiretamente debatem a formação do território a partir da ação dos movimentos sociais em conflito com o Estado. A análise da produção bibliográfica sobre o movimento dos *pobladores* chilenos de autores como Salazar (2012), Salas (1999), Mathivet e Pulgar (2009), Morales e Ávila (2006), Garcés (2004), dentre outros, possibilitou identificar que antes mesmo de surgir alguma organização *pobladora*, inúmeras famílias que migravam do campo para a capital do Chile, começaram a organizar individualmente a ocupação de terrenos. Dessa forma, multiplicou-se rapidamente pequenas tomas nas terras mais afastadas dentro de Santiago. A rapidez com que surgiam estas ocupações chamou à atenção e estas famílias migrantes passaram a ser conhecidas como população *Callampa*, uma alusão à multiplicação dos fungos

que ocorre de um dia para outro. Estas ocupações espontâneas à medida que cresciam em número passaram a sofrer com a repressão das forças policiais e com o preconceito dos demais santiaguinos. Esta situação de marginalidade e a precária condição sob a qual viviam estas famílias fomentou a necessidade de organização, seja para resistir à repressão policial, para planejar novas ocupações ou ainda para reivindicar politicamente melhores condições de vida junto aos representantes do Estado.

Este avanço organizativo transformou o movimento dos *pobladores* em um dos principais atores políticos no Chile durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Segundo os autores Morales e Ávila (2006), as ocupações de terreno transformaram profundamente a fisionomia e os limites da cidade de Santiago. Além disso, a organização, planejamento e manutenção destas ocupações foram decisivas para a constituição de uma cultura participativa de alta intensidade (Garcés, 2004). Diante dos avanços democráticos conquistados sob os governos de Eduardo Frei (1964-1969) e Salvador Allende (1970-1973), ou seja, sob um contexto histórico bastante favorável, o movimento dos *pobladores* desenvolveu sob seu território uma das mais avançadas experiências de auto-governo que se tem registro na América Latina (Salazar, 2012). A cidade de Santiago foi praticamente refundada através das ocupações, sob uma cultura de participação política que envolvia a todos da comunidade e que tinha capacidade e legitimidade para decidir sobre amplos aspectos da vida cotidiana destas localidades. De fato, neste período, o movimento dos *pobladores* - numa aliança com o Estado que não retirava o protagonismo do movimento - logrou gerir, controlar e planejar seu próprio território, constituindo uma territorialidade efetivamente *pobladora*.

O golpe militar de 1973, orquestrado pelo General Augusto Pinochet, interrompeu o avanço deste projeto. Pela força militar e sob a disseminação do medo, o Estado buscou retomar o controle sobre o território *poblador*. Além disso, ao final da década de 1970, o governo militar iniciou uma reforma urbana que mais tarde alteraria profundamente o desenho da cidade de Santiago. Parte da proposta de reforma objetivava substituir os acampamentos e moradias provisórias das *poblaciones* por conjuntos habitacionais, construídos pela iniciativa privada através de incentivos do governo e da concessão de crédito para as famílias. A forte repressão e o processo de substituição das antigas ocupações provocou a desterritorialização e, a longo prazo, uma territorialização de novo tipo dos *pobladores*. Contraditoriamente, ao passo que eles acesavam o direito a uma casa própria, o Estado ia tomando conta do planejamento de suas comunas e a dinâmica do mercado imobiliário ia se impondo como lógica primordial para valorização e

incremento da infra-estrutura desses terrenos. A aliança entre Estado e movimento social, baseada no protagonismo dos *pobladores*, cedeu espaço para a aliança entre Estado e mercado, sob liderança deste último.

A análise da bibliografia que relata o ressurgimento do movimento dos *pobladores* na atualidade, como o caso do estudo realizado por Mathivet e Pulgar (2009), revelou que ainda que a política habitacional iniciada por Pinochet e continuada pelos governos democráticos tenha logrado zerar a demanda por moradia, o movimento dos *pobladores* ressurge com certa força em algumas comunas, especialmente ao final da década de 1990, com duas reivindicações centrais: o perdão da dívida com o sistema de financiamento imobiliário de muitas famílias que estão prestes a perder suas casas; retomar o protagonismo político sobre a gestão de seu território, realizando uma nova reforma urbana nas comunas que lhes assegure além de moradia, acesso pleno à cidade, no que tange à saúde, educação, emprego, lazer, cultura. Efetivamente, estas demandas apresentadas pelo movimento dos *pobladores* contemporâneo corroboram com a ideia de que a nova territorialidade que surge em substituição à experiência de auto-governo da década de 1970, é baseada num *poblador* com acesso à moradia, mas despossuído do acesso aos demais direitos, da identidade com sua comuna e do protagonismo político para geri-la. Além disso, o próprio acesso à habitação volta a ser colocado em cheque a partir do momento em que muitas famílias sem condições de arcar com o financiamento de suas moradias começam a ser despejados de suas casas. Sendo assim, atualmente, quem gere, planeja e controla o território nas poblaciones é o Estado em aliança com o mercado imobiliário. O movimento dos *pobladores* ressurgiu nas últimas décadas no Chile, não com o protagonismo e a proeminência da década de 1960, mas com uma proposta muito interessante: lutar pelo direito à cidade para que o *poblador* volte a ser o “arquiteto de seu próprio bairro”, segundo a reivindicação do *Movimiento Pobladores en Lucha*.

Esta ideia de que os *pobladores* devem ser os arquitetos de sua própria comuna carrega em si o que Morales e Ávila (2006) conceituaram como o sentido radical de “lugarização”. Segundo estes autores, a ocupação do terreno preencheu de sentido social específico o que antes era apenas um espaço físico para determinada população. Na interação dialética com o território, à medida que a *población* era fundada, conformou-se também a identidade política, social e cultural dos *pobladores*. Desse processo de gestão, controle e planejamento de seu território, vivenciado intensamente entre os anos de 1967 e 1973 no Chile, resulta a territorialidade *pobladora*. Com a ditadura militar, inicia-se o processo de despossessão (David Harvey,

2004) dos *pobladores*. Através da ação repressiva o Estado buscou retomar o controle do território, retirando-o das mãos do movimento social organizado. Para em seguida, transferir parcelas deste território para a iniciativa privada, onde foram construídos os conjuntos habitacionais que serviram de moradia aos próprios *pobladores*. O que era uma relação direta de controle do território passou a ser mediada pelo aparato repressivo e burocrático do Estado. Além disso, a moradia deixou de ser um direito, no seu sentido mais amplo, para se tornar uma mercadoria. Segundo a noção desenvolvida por Harvey (*ibid*), desposseção seria o processo de apropriação de um bem comum, o território *poblador*, em nome de interesses privados, daqueles que se beneficiaram dos lucros do mercado imobiliário. A desposseção dos *pobladores* em relação seu território gerou uma territorialidade de novo tipo, onde o *poblador* ainda que acesse a moradia como um bem, em geral, se mantém alheio ao destino de sua comunidade e despossuído do direito à cidade.

A formulação de Lefebvre (2008) sobre “níveis” ajuda a entender como se produzem e entrecruzam estas diferentes territorialidades, a partir do conflito entre movimento social e Estado. Segundo o autor, no nível misto, a escala onde se produz as cidades, expressam-se os conflitos entre o nível privado (da vida cotidiana) e o nível global (das grandes corporações, da lógica econômica e dos Estados-nação). Dessa forma, podemos entender que a conformação das *poblaciones* são resultado dos conflitos entre os diferentes regimes políticos que regeram o Estado chileno e as demandas da vida cotidiana que fomentaram o surgimento e o fortalecimento do movimento dos *pobladores*. Em determinado contexto histórico e segundo determinada correlação de forças, o ritmo da vida cotidiana hegemonizou a dinâmica política das *poblaciones*. Num outro momento, as necessidades da globalização econômica conseguiram se impor com mais força sobre as comunas *pobladoras*. Este conflito, foi produzindo as diferentes territorialidades que podemos identificar neste estudo e que conformam hoje a cidade de Santiago. Outra conclusão importante derivada desta análise é que não somente o Estado é capaz de produzir território, os movimentos sociais também são sujeitos da construção de suas territorialidades (Souza, 2004) e, portanto, são capazes de construir alternativas para a vida em sociedade. Ainda que as possibilidades para construção destas alternativas estejam inscritas e, de certa forma, delimitadas por determinado contexto histórico.

Sendo assim, este estudo discute dentro do campo da Geografia o processo de formação da territorialidade, do território e a territorialização dos movimentos sociais, a partir da experiência concreta do movimento dos *pobladores* chileno. Com esta análise, buscou-se am-

pliar o conceito de território incluindo o movimento social como sujeito da produção do espaço. Ao mesmo tempo, evita-se uma análise que autonomize os movimentos sociais de seus processos históricos, não levando em consideração os limites que tais contextos impõem à luta dos movimentos sociais. Para construir esta revisão do conceito de território, evitando-se uma análise idealista em relação aos movimentos sociais, salientou-se as características territoriais de duas etapas do movimento dos pobladores, a experiência embrionária de auto-governo e o seu declínio diante do êxito do projeto neoliberal no Chile. A reconstrução destas etapas permitiu identificar limites e desafios do movimento dos pobladores dentro de cada contexto e apontar para necessária atualização da teoria geográfica, no que tange ao debate dos movimentos sociais.

Diante destas experiências, buscou-se além de aprimorar o debate teórico dentro da Geografia, fortalecer a luta daqueles que sonham e desejam um mundo melhor. Acredita-se que interpretar o passado é necessário para iluminar o futuro. O longo processo de espoliação que os *pobladores* têm vivido sob o neoliberalismo não foi capaz de apagar a experiência de auto-governo que eles vivenciaram num curto período, durante os anos de 1967 a 1973. A “revolução urbana” que ocorreu neste período demonstra que a construção de um espaço urbano onde todos sejam socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres - parafraseando Rosa Luxemburgo - não é uma utopia irrealizável. Compreender as transformações territoriais que afetaram e foram afetadas pela luta dos *pobladores*, compreender a territorialidade *pobladora* a partir do conflito entre movimento e Estado é importante para fortalecer as lutas que o movimento social ainda precisa travar e vencer. A experiência *pobladora* pode dar contornos reais, vivos, à luta cotidiana daqueles que sonham e acreditam hoje na necessidade de uma verdadeira revolução urbana. E pode inspirar novas batalhas que assegure o direito à cidade àqueles 99% (como dizem os jovens do movimento “Occupy Wall Street”) que hoje estão excluídos dela.

BIBLIOGRAFIA

- CEPAL. **Serie Población y desarrollo**, 1997, n. 63.
- ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1878/06/dialetica.htm> Acessado 12 de outubro de 2014.
- GARCÉS, M. Las tomas en la formación de Santiago. In BADE, G et al. **Nosotros los Chilenos 5: el mundo de las poblaciones**, 2004.
- GUERRA, L. **La localización, el agotamiento del modelo de la vivienda social (1973-2006), la nueva política habitacional (2007) y la tierra vacante**. In Revista CECU, 2009, n. 1, p. 28-31.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.
- HÖFER, R. et al. Dinámicas recientes y relaciones entre las estructuras urbanas y socioeconómicas en Santiago de Chile: el caso de Peñalolén. In **Revista de Geografía Norte Grande**, 2011, n. 48, p. 107-131.

- MARTIN, Jean-Yves. **Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST**. São Paulo. Terra Livre, 2002, ano 18, n. 19.
- LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In MARTINS, J. S and FORACCHI, M. M. **Sociologia e Sociedade**. RJ: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1994.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Editora Avante, 1974.
- MATHIVET, C. and PULGAR, C. **El movimiento de Pobladores en Lucha**, 2009. Disponível em <http://base.d-ph.info/es/fiches/dph/fiche-dph-8576.html> Acessado em 26 de setembro de 2012.
- MORALES, A. and ÁVILA, J. **A 39 años de la Toma de terrenos: memorias de La Victoria: una aproximación a la historia de la Población**, 2006. Disponível em <http://www.archivochile.com>. Acessado em 29 de setembro de 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2003. Programa OSAL. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf> Acessado em 03 de março de 2013.
- PUIG, M. **La vivienda social en Chile**. Disponível em <http://archimlynarz.wordpress.com/la-vivienda-social-en-chile/> Acessado em 19 de setembro de 2012.
- SABATINI, F. and WORMALD, G. **La Guerra de la basura de Santiago: desde el derecho a la vivienda el derecho a la ciudad**. Revista EURE, 2004, v. XXX, n. 91, p. 67-86.
- SALAS, V. **Rasgos Históricos del Movimiento de Pobladores en los últimos 30 años**. Taller de Acción Cultural, Archivo Chile, 1999.
- SALAZAR, G. **Movimientos Sociales en Chile: trayectoria histórica y proyección política**. Santiago: UQBAR Editores, 2012.
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- ZIZEK, S. **A hipótese comunista**. In Revista Piauí, 2011, n. 34.